



A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS foi o tema do Segundo Café com Idéias de 2010

O segundo Café com Idéias de 2010, ocorrido no dia 29 de abril, na Biblioteca do Ministério da Saúde, debateu o tema *O desafio da institucionalização das práticas integrativas e complementares no SUS*.

Participaram do debate a Secretária Municipal de Saúde de Amparo/SP, Maria do Carmo Cabral Carpintero; a Coordenadora Estadual da Política de Práticas Integrativas e Complementares (PIC) no estado do Espírito Santo, Ana Rita Vieira de Novaes e a Coordenadora da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC), Carmem Lúcia de Simoni.

Maria do Carmo Carpintero falou da experiência de implantação da Política de Práticas Integrativas e Complementares no âmbito municipal, destacando a necessidade de institucionalização destas práticas na rede de serviços do SUS. A Secretária destacou alguns desafios para este processo, como a desinformação e o preconceito associado às práticas integrativas e complementares de saúde. Ela considera que o preconceito em relação a estas práticas está associado ao seu caráter “não científico”, o que também as envolve com a idéia de informalidade.

A prioridade da visão biologicista e alopática na formação dos profissionais de saúde foi outro desafio apresentado pela Secretária.



Fotos: Equipe DAGD/SE/MS

Leticia Fraga do Departamento de Apoio à Gestão Descentralizada (DAGD/SE/MS), coordenou o segundo encontro do Café com Idéias de 2010.

Em decorrência deste último, Maria do Carmo destaca a dificuldade na identificação de profissionais habilitados e interessados no trabalho com as práticas integrativas e complementares.

Outro aspecto ressaltado pela Secretária de Saúde de Amparo/SP é o financiamento. Apesar dos avanços já conquistados, inclusive com a inserção dos procedimentos de Práticas Integrativas e Complementares na Tabela Unificada do SUS (Portarias SAS/MS n.º 321/2007 e n.º 84/2009), ela acredita que é necessária ainda a criação de incentivos financeiros que estimulem a adoção de PIC e sua implantação pelos gestores municipais.

Página 2

Avanços na implantação da PNIC

Página 3

Ações de Ampliação do Acesso a Serviços e PNIC tem Comissão no CNS

Página 4

Opiniões sobre o Café e Fique Ligado





A Coordenadora Estadual de PIC no Espírito Santo, Ana Rita Novaes, apresentou a experiência de implantação do Centro de Referência em Homeopatia e Acupuntura da Secretaria de Saúde do Estado, uma das experiências pioneiras na inclusão de práticas integrativas e complementares na rede de serviços do SUS.



A Coordenadora Estadual de PIC no Espírito Santo, Ana Rita Novaes, apresentou a Experiência de implantação do Centro de Referência em Homeopatia e Acupuntura da Secretaria de Saúde do Estado.

O Centro, que já completou 10 anos de funcionamento, tem cadastrado cerca de 16 mil usuários, produzindo em média 700 consultas por mês. Além dos atendimentos, o Centro também realiza ações educativas à luz dos princípios da homeopatia e elabora projetos de pesquisa para avaliar o impacto das práticas na saúde dos usuários.

Também na gestão estadual o processo de implantação de PIC apresenta muitos desafios. Ana Rita Novaes destaca, entre outros, a falta de política de oferta de medicamentos homeopáticos e fitoterápicos para a rede de atenção à saúde do SUS, a falta de profissionais qualificados, os vínculos precários com as instituições e a falta de financiamento para a realização de pesquisas.

A Coordenadora argumenta que o preconceito que atinge profissionais e usuários dos serviços de saúde também atinge os gestores e informa que os médicos homeopatas são vistos com reserva por eles e pelos profissionais de outras categorias. E acrescenta, “Se há desconfiança com relação à validade das práticas integrativas e complementares, nada mais natural do que se investir em pesquisa. Mas a resistência ainda é muito grande”. Ana Rita Novaes acredita que para serem institucionalizadas estas práticas precisam ser reconhecidas pelos gestores e profissionais do SUS.

Avanços na implantação da PNPIC

A Coordenadora Nacional da PNPIC, Carmem Lúcia de Simoni, destacou os avanços já alcançados no âmbito da prestação de serviços em práticas integrativas e complementares desde a publicação da Política em 2006. Segundo a coordenadora, em 2004, dois anos antes da publicação da Portaria MS n.º 971, de 3 de maio de 2006, que aprovou a PNPIC, apenas 12 municípios realizavam o atendimento em práticas integrativas e complementares de forma isolada, ou seja, por meio de consultas como procedimento de média complexidade.

Em 2008, portanto dois anos após a aprovação da PNPIC, cerca de 1300 municípios já haviam implantado serviços nesta área. Para a Coordenadora, a nova política induz à organização dos serviços de práticas integrativas e complementares promovendo a formação, a mudança do modo de ver, de operar, de monitorar e avaliar estas práticas. Outro avanço destacado por Carmem de Simoni é a mudança de local de inserção da coordenação da PNPIC, que sai do setor de Média e Alta Complexidade para se incorporar à Atenção Básica, “num movimento no sentido de maior capilaridade da política”.





Além disso, até 2006, o Ministério da Saúde só financiava consultas de homeopatia, não havia financiamento para outros tipos de procedimentos. Com a implantação da PNPIC, que agrega práticas de homeopatia, medicina chinesa (acupuntura e práticas corporais), plantas medicinais, medicina antroposófica e de termalismo, foram criados mecanismos de financiamento que cobrem, além das consultas, os procedimentos de moxa, ventosa, eletrocoagulação e agulhamento, próprios do tratamento com a medicina chinesa. Diferentes categorias profissionais estão envolvidas na prestação de serviços no âmbito das práticas integrativas e complementares nos serviços do SUS.



Fotos: Equipe DAGD/SE/MS

Carmem Lucia de Simoni - Coordenadora Nacional da PNPIC, destaca os avanços na implantação da PNPIC

Na área de plantas medicinais, o destaque ficou com a edição da nova relação de medicamentos da Assistência Farmacêutica, que inclui oito medicamentos fitoterápicos e toda a farmacopéia homeopática brasileira. Para Carmem de Simoni, esta iniciativa oferece aos municípios a possibilidade de pactuar, comprar e disponibilizar insumos para as práticas integrativas utilizando-se recursos da Assistência Farmacêutica, minimizando, desta forma, as dificuldades colocadas pela falta de definição de recursos específicos para os serviços de práticas integrativas e complementares. A Coordenadora ressaltou, nesta oportunidade, que a definição de recursos federais é um dos maiores desafios para a institucionalização da PNPIC.

Ações de Ampliação do Acesso a Serviços e Produtos das Práticas Integrativas e Complementares

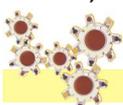
✓ *Inserção de procedimentos em Práticas Integrativas e Complementares pela Tabela Unificada SUS (Portaria SAS/MS n.º 321/2007 e n.º 154/2008, atualizada pela Portaria SAS/MS n.º 84/2009).*

✓ *Inserção de profissionais de saúde das Práticas Integrativas e Complementares no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF)*

✓ *Inclusão de fitoterápicos e de medicamentos homeopáticos da Farmacopéia Homeopática Brasileira no elenco de referências de medicamentos e insumos complementares para a Assistência Farmacêutica na Atenção Básica (Portaria GM/MS n.º 3.237, de 24 de dezembro de 2007).*

PNIC tem Comissão no CNS

Em reconhecimento à importância das práticas integrativas e complementares para a atenção à saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), o Conselho Nacional de Saúde (CNS) instituiu, em 2007, a Comissão Intersetorial de Práticas Integrativas do Controle Social no SUS. A Comissão é composta por representantes de órgãos governamentais e não-governamentais das áreas de conhecimentos respectivas e tem como atribuição assessorar o Plenário do CNS nas decisões relativas à implementação das diretrizes da PNPIC e seus respectivos programas.





Opiniões sobre o Café

“Interessante, muito esclarecedor, possibilitou uma ampliação do conhecimento”

“Gostei bastante do formato tripartite”

“Importante havendo necessidade de popularização do tema.”

“Excelente o tema e expositores.”



Fotos: Equipe DAGD/SE/MS

Participantes do 2.º Café com Idéias de 2010, realizado na biblioteca do Ministério da Saúde.

Fique ligado

O tema “Gestão da Saúde Frente ao Pacto”, debatido no XXVI Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, dia 25/08 em Gramado/RS, será destaque da próxima edição do Boletim do Café com Idéias.

Expediente

O **Café com Idéias**, é uma iniciativa do **Departamento de Apoio à Gestão Descentralizada (DAGD/SE/MS)** do Ministério da Saúde.

Ministério da Saúde
www.saude.gov.br



Secretaria-Executiva
www.saude.gov.br/se



Departamento de Apoio à Gestão Descentralizada/SE/MS
www.saude.gov.br/dad
descentralizacao@saude.gov.br
(61) 3315-2649

Disque Saúde: 0800- 611997

